

# PACTU

Nº 16 - Fevereiro/98

Informativo Bancário

Órgão Oficial dos Sindicatos dos  
Bancários de Paranavaí, Assis  
Chateaubriand, Campo Mourão, Toledo,  
Umuarama e Guarapuava



CNB - Sindicato Nacional  
FETEC

## Os caminhos da notícia



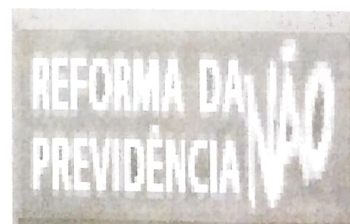
crianças sem terra so-  
rem com ação de ja-  
nuários, que segundo  
nuncias, foram treina-  
dos na Fazenda do  
adresco na região no-  
roeste. Pág. 7.



A luta da mulher  
garantiu mais espaço  
na sociedade, mas  
elas querem mais:  
igualdade de oportu-  
nidades. Pág. 8.



Maringá será a sede  
do novo Sindicato  
Regional. A Unificação  
ganha força e os  
bancários discutem o  
estatuto. Pág. 6.



Você ainda pode  
evitar a aprovação  
final da reforma da  
previdência. Veja  
como fazer na  
página 2.

# REFORMA DA PREVIDÊNCIA NÃO

Assim que acabou a primeira votação da reforma da previdência, o Governo correu para dizer que a reforma estava aprovada. Puro engano para desmobilizar os trabalhadores e tentar diminuir a pressão popular sobre deputados.

Em março começam as votações dos destaques e do segundo turno da reforma. Significa dizer que se um grupo de deputados mudar o voto, os trabalhadores

não terão que trabalhar até morrer para se aposentar.

A CUT avalia que as manifestações realizadas durante o mês de fevereiro em todo o país foram positivas, contribuindo para muitos deputados votarem contra a reforma. No segundo turno, com a maior proximidade das eleições, é possível que muitos deputados mudem o voto se receberem pres-

Destinação da receita previdenciária em R\$ bilhões

Item	1995	1996	1997
Receitas	35,1	43,7	33,7
Pgto Benef.	23,7	31,6	24,7
Saldo	11,4	12,1	8,9

\* até setembro

Esses deputados votaram a favor do trabalhador e contra a aposentadoria aos 65 anos. Eles merecem o seu respeito

Flávio Arns (PSDB)	Nedson Luiz Micheleti (PT)
Hermes Parciano (PMDB)	Padre Roque (PT)
Maurício Requião (PMDB)	Paulo Bernardo (PT)
Ricardo Gomide (PCdoB)	



Manifestação contra a reforma da previdência em Umuarama

são popular. Abaixo, a relação daqueles que votaram contra e a favor do trabalhador.

receita foi 33% maior que a despesa (ver gráfico acima).

Ocorre que o Governo FHC desvia dinheiro da previdência para pagar despesas que o Tesouro deveria cobrir.

O Governo FHC retira verbas da previdência para "cobrir" o rombo existente nas contas de outras áreas do Governo. "O Orçamento da Seguridade vem financiando, crescentemente, despesas do Tesouro", explica o deputado federal Paulo Bernardo, um dos especialistas no Congresso em Orçamento da União.

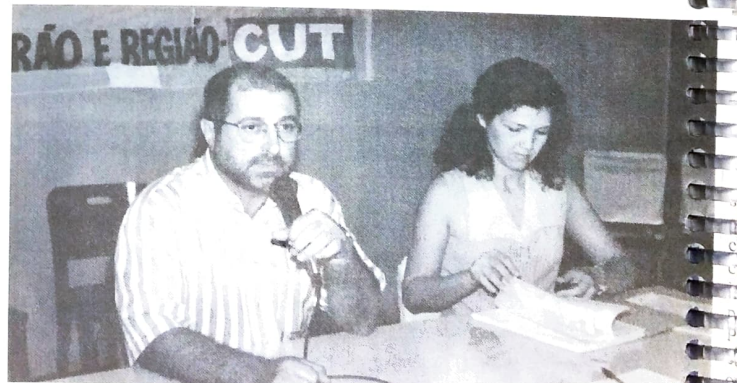
## PREVIDÊNCIA SUPERAVITÁRIA

Fernando Henrique insiste que a previdência social quebrará se a reforma não passar. Mentira!

A Previdência Social tem dinheiro de sobra. Em 1995, a receita previdenciária foi 48% maior do que o total de benefícios previdenciários pagos. Em 1996, a receita superou as despesas em 38%. Em 1997, até setembro, a

Esses deputados votaram a favor da reforma da previdência, o que fará com que você se aposente somente com 65 anos. Nunca mais vote nestes homens

Abelardo Lupion (PFL)	Alexandre Ceranto (PFL)
Affonso Camargo (PFL)	Antônio Ueno (PFL)
Basílio Villani (PSDB)	Chico da Princesa (PTB)
Dirceu João Sperafico (PPB)	Djalma Cesar (PMDB)
Fernando Carli (PPB)	João Falavinha Iensen (PPB)
José Mohamed Janene (PPB)	José Rodrigues Borba (PTB)
Luciano Pizzato (PFL)	Luiz Carlos Haully (PSDB)
Max Rosemann (PSDB)	Moacir Micheleto (PMDB)
Nelson Meurer (PPB)	Odilio Balbinotti (PSDB)
Paulo Roberto Cordeiro (PFL)	Renato Johnsson (PSDB)
Ricardo Magalhães Barros (PPB)	Valdomiro Meger (PFL)
Werner Wanderer (PFL)	Nas votações dos destaques, os deputados que votaram contra o trabalhador poderão mudar o voto. Entre em contato com seu deputado, cobre uma posição favorável ao trabalhador. Lembre-se que em outubro quem vota é você



Deputados da oposição, como Paulo Bernardo (PT-PR), percorreram o país em um corpo a corpo explicando o andamento da reforma da previdência. Bernardo esteve em Campo Mourão (foto), Umuarama, Toledo, Assis e Paranavaí no mês de fevereiro esclarecendo as conseqüências danosas da reforma.

## Executiva quer várias Comissões para problemas dos bancários

O acordo Coletivo de 97 manteve as Comissões Paritárias de Saúde e Terceirização e definiu a criação das Comissões para discussão dos temas sobre o acordo extrajudicial, funcionamento de agências em horários especiais, jornadas especiais de trabalho, custo de agências pioneiras, compensação de horas extras, sétima e oitava horas, auxílio educacional, gratificação semestral e estratégias de geração de emprego.

A Fenaban quer discutir todos estes temas em uma única comissão. A Executiva Nacional dos Bancários propõe que seja criada uma comissão para cada tema, pois ampliará o debate sobre as questões que interessam a

categoria. Mas, caso a Fenaban indique pessoas para compor as Comissões sem poder de negociação, poderá aceitar as negociações de todos os temas numa mesma Comissão, desde que haja o compromisso de seriedade nas negociações.

Preocupada com qualidade das discussões desses temas, a Executiva organiza um seminário nacional para discutir e unificar as propostas que serão levadas às negociações. Neste seminário, também será dado início ao planejamento da campanha salarial de 98. Os representantes dos bancários do PACTU farão discussão para participar deste Seminário.

## Caixa restringe liberação de dirigentes sindicais

**PACTU**  
FEVEREIRO/98

Em menos de dois anos, os empregados da CEF perderam 30 representantes sindicais liberados - de 120 para 90 dirigentes sindicais liberados em todo país. A restrição que a empresa impõe aos trabalhadores prejudica a organização nos locais de trabalho e desmobiliza os bancários.

Além disso, a Comissão de Empresa dos Funcionários da Caixa detectou a existência de uma desproporcionalidade entre os liberados e o número de trabalhadores na base de representação. Ou seja, alguns Sindicatos com pequeno número de empregados na base têm o mesmo número de dirigentes liberados que sindicatos com grande base de representação.

Há um estudo da Comissão para redistribuir os dirigentes liberados, garantindo proporcionalidade entre as entidades.

## Secretário promete pagar 5% aos banestadenses



Protesto no Banestado por aumento salarial

O Comando Nacional dos Funcionários do Banestado, composto pela FETEC e Sindicatos, conseguiu do secretário estadual de finanças do Paraná, Giovanni Gionédís, a promessa de pagamento de 5% de reajuste salarial, índice igual ao que a Fenaban negociou para seus filiados. O Banestado relutava em pagar, mas é filiado à Fenaban e deve cumprir o acordo.

Os sindicatos cutistas estão com ações judiciais prontas para questionar o não pagamento,

caso o Banco insista em não cumprir o acordo.

Outra preocupação do Comando é com Plano de Gestão que a Diretoria do Banestado enviou ao Banco Central. O Plano pretende adequar o Banco ao mercado, e uma das metas para essa adequação é um programa de redução de despesas com pessoal, além de entregar ao Governo Federal ações da Copel, da Sanepar e do próprio Banestado.

Esse plano faz parte da proposta que o Governo do

Paraná, Jaime Lerner, encaminhou para o Banco Central, em troca do refinanciamento da dívida do Estado. A avaliação do movimento sindical é que esses são os primeiros passos para a privatização dessas empresas.

Com a privatização, todos perdem. Os funcionários, que terão redução salarial e do nível de emprego, e da população, que vai receber serviços de péssima qualidade e caros, como acontece no Rio de Janeiro com a privatizada Light.

## Mesmo com lucro, HSBC não paga PLR

É uma vergonha. O Bradesco que tem lucro baixo, ainda consegue pagar 12% aos seus funcionários, mais que o HSBC. O Deutsch Bank consegue a pagar 63% a mais, isso só para falar dos bancos menores que o gigante HSBC. E o HSBC sabe que é verdade. A Hay, empresa especializada em estudos de Cargos e Salários-PCS, contratada pelo HSBC, constatou o que os sindicatos já sabiam pelos estudos feitos pelo Dieese. Até mesmo o ex-diretor do Bradesco, que operava com lucros no ano passado, pagou a PLR, pelos lucros, mas pelos esforços dos funcionários, que lutavam para garantir os clientes no Banco, e não foram ser culpados pelos maus negócios da diretoria.

O gigante inglês, com ativos de quase R\$ 500 bi, prometeu aumento de salários e estabilidade no emprego. O que se viu

foi fechamento de agências, centenas de trabalhadores demitidos e metas pesadas para serem cumpridas e não o pagamento da segunda parcela PLR.

O HSBC começou suas atividades no final de março/97, pagou 1 bilhão de dólares pelo Bamerindus, mas, o Banco Central depositou 1.200 bi de dólares para garantir eventuais ativos de difícil liquidação, ou seja, o HSBC, ganhou 200 milhões de dólares do Banco Central para iniciar suas atividades no Brasil, o restante do dinheiro foi posto no negócio através do PROER.

A Comissão de Empresa dos funcionários do HSBC, através do Dieese, estuda o balanço do Banco, e intensificam a cobrança pelo pagamento da PLR. Planejam também mobilizações que podem chegar a operação tartaruga e paralisações caso o Banco não pague o PLR e cumpra a ameaça de demitir funcionários.



Manifestações contra o desemprego podem voltar no HSBC

# A MÍDIA DA MÍDIA

**Programas com grande penetração escondem a verdade e passam as informações que mais interessam aos grupos dominantes, a um custo caro para o País: a falta de plena democracia**

**n**o carnaval deste ano pôde-se ver uma festa democrática onde todos os foliões brincavam e dançavam juntos, sem qualquer preconceito - pelo menos nos noticiários das televisões, dos jornais e das rádios. A realidade é diferente. A maior festa popular brasileira não é tão popular assim.

Em Salvador, onde se brinca o carnaval na rua, por exemplo, a população de baixa renda não tem vez. Para conseguir um espaço na rua é necessário comprar a roupa de um dos blocos - que ultrapassa os R\$ 500,00. Quem não tem este dinheiro é empurrado por seguranças e tem que se contentar em ficar nas calçadas, quando muito. Isso não é mostrado pela imprensa.

A regra da imprensa é mos-

trar o lado bom ou a versão oficial sobre determinados fatos. Os patrocinadores não

---

*Parlamentares governistas receberam R\$ 39,3 milhões em quatro dias*

---

gostariam de ter seu nome atrelado a uma festa onde há discriminação social, assim como os proprietários dos meios de comunicação não querem perder sua fatia no mercado publicitário, seja privado ou público. Daí se explica porque a imprensa nunca mostra com imparcialidade as notícias que atingem diretamente a população.

## MEIO BILHÃO

O Governo Federal, com uma verba de mais de meio

bilhão de dólares em 1998, tem a maior conta publicitária do País, o que lhe garante parcialidade na cobertura jornalística.

"A imprensa esconde os bastidores das notícias", afirma o deputado federal Paulo Bernardo (PT-PR), que em visita aos bancários na região dos sindicatos do Pactu narrou como FHC conseguiu mais alguns votos para as suas reformas. "O novo Código Nacional de Trânsito extinguiu a utilização do selo de comprovação de pagamento de IPVA, que era feito por uma única empresa brasileira, com faturamento de R\$ 65 milhões anuais. Como a empresa pertence a parentes do deputado Delfim Netto (PPB-SP), ele negociou com o Governo a criação de um novo sele e o Conselho Nacional de Trânsito aceitou, garantindo o faturamento da empresa e vo-

tos favoráveis às reformas", conta Bernardo. Ocorre que a imprensa nacional tem conhecimento do fato, mas não divulga porque está de olho nos benefícios do Governo.

Os fatos que antecederam a votação da reforma da previdência evidenciam a parcialidade da imprensa brasileira. Levantamento realizado pelos gabinetes dos deputados Humberto Costa (PT-PE) e Paulo Bernardo (PT-PR) mostrou que em apenas 26 dias o governo liberou R\$ 611 milhões do Orçamento da União de 1997, para projetos emendados por parlamentares. O período de liberação, coincidentemente, antecedeu a votação em primeiro turno da reforma da Previdência pela Câmara dos Deputados. O montante liberado equivale a mais de 50% do que foi repassado durante todo o ano passado. Os projetos estão previstos no Orçamento desde janeiro de 97, mas somente após um ano receberam a maior parcela dos recursos.

## PMDB E PPB

Os partidos especialmente beneficiados foram o PPB e o PMDB. Os pepebistas, por exemplo, que conseguiram liberar R\$ 23 milhões no decorrer do ano passado, beneficiaram-se

*Artistas para festa FHC e...*

**PAI**



favor de R\$ 65 milhões  
ido pela imprensa

om R\$ 102 milhões em apenas  
6 dias; o valor representa 48%  
o total dos recursos que  
estavam disponíveis. O PMDB li-  
berou R\$ 97 milhões de suas  
emendas ao longo de 97, e R\$  
28 milhões em 26 dias, exata-  
mente 42% do valor disponível.  
Além das emendas parlamen-  
tares, uma expressiva soma de  
convênios com prefeituras e es-  
tados foi liberada na semana de  
o dia da votação da reforma da  
Previdência na Câmara. Os con-  
vênios, quase todos assinados  
com a Caixa Econômica Fede-  
ral e Secretaria de Recursos  
Hídricos, somam mais de R\$ 40  
milhões. Com isso, prefeitos e go-  
vernadores pressionam deputa-  
dos para votarem a favor dos pro-  
jetos de FHC.

#### PRESSÃO DE PREFEITOS

A Secretaria liberou, em qua-  
tro dias, a partir de 9 de feverei-  
ro, R\$ 39,3 milhões. Foram R\$  
10 milhões só no dia 11, quando  
ocorreu a vo-  
tação da  
emenda da  
Previdência  
no plenário da  
Câmara. Os  
recursos libe-  
rados referi-  
am-se a con-  
vênios fecha-  
dos no ano  
passado e não es-  
tão computados no  
montante liberado  
para emendas.  
A liberação dos

pagos  
sem de  
par opo-  
TU  
RO/98

### Distorção começa embaixo

A manipulação das informa-  
ções, as distorções das notícias  
e a utilização dos meios de co-  
municação para benefício de  
grupos políticos e econômicos  
é maior nas emissoras de rádio  
e nos jornais do interior.

Sem objetivo editorial defi-  
nido, a mídia do interior se man-  
tém às custas dos cofres das  
prefeituras locais e de parcela  
do dinheiro dos governos

estaduais destinada à publicidade.

No Paraná, a força do Governo  
interferir na linha editorial ficou  
clara quando a Revista Veja divul-  
gou reportagem mostrando o  
caos das finanças do Estado.  
Todos os jornais do interior  
publicaram a versão do Governo,  
informando que as contas, na  
realidade, estavam em dia e o  
Paraná não tinha qualquer  
problema financeiro.

"As rádios e jornais do  
interior são dominados por  
grupos políticos interessados  
exclusivamente em continuar  
no poder, sem qualquer  
compromisso com a sociedade.  
Não abrem espaços para o  
cidadão que queira apresentar  
um ponto de vista diferente e  
boicotam os opositores", diz o  
bancário e deputado estadual  
Angelo Vanhoni (PT-PR).

recursos durante o período de  
discussão e votação da reforma  
da Previdência na Câmara pa-  
rece ser mais que coincidência,  
mas a imprensa se limita a noti-  
ciar que a reforma foi aprovada  
e nada de anormal aconteceu.

As negociatas de bastidores  
ficam esquecidas, a população  
não tem acesso às informações  
e o Governo segue impune.

#### ELEIÇÕES

A própria propaganda do Go-  
verno Federal já antecipa a cam-  
panha eleitoral de 1998. FHC di-  
vulga maciçamente pelas redes  
de televisão o seu programa de  
obras, com claro obje-  
tivo eleitoral, sem en-  
contrar qualquer crítica  
da imprensa

No Paraná a situa-  
ção é semelhante.  
Lerner terá mais de R\$  
100 milhões para gas-  
tar em publicidade em  
1998 e os comerciais  
na TV fazem campanha  
eleitoral aberta.

"O Presidente, o go-  
vernador e o prefeito  
têm o direito de infor-  
mar a população sobre  
o andamento dos traba-

lhos, mas não pode exceder e  
passar a fazer propaganda pes-  
soal com o dinheiro público",  
alerta o jornalista Aloysio Biondi.

Tanto o Governo Federal quan-  
to o Estadual aumentaram os  
gastos com publicidade e dimi-  
nuíram os valores destinados a  
obras sociais.

O Governo FHC diminuiu os  
gastos nas áreas de educação,  
saúde, habitação e assistência.  
As altas taxas de juros pratica-  
das nos últimos três anos, as-  
sociadas ao crescimento da dí-  
vida implicaram o aumento de  
recursos destinados ao paga-  
mento de juros e encargos, re-

duzindo o montante de investi-  
mentos.

Apenas para ilustrar, basta  
constatar que, em 1996, foram  
gastos 20 bilhões de reais em ju-  
ros e encargos da dívida e ape-  
nas 4 bilhões em investimentos -  
essa diferença aumentou em  
1997, mas os números não es-  
tão fechados. Destes, 960 mi-  
lhões foram destinados à Edu-  
cação e Cultura, Saúde e Sane-  
amento, segundo levantamento  
do Sead.

Esses números você não vê  
na grande imprensa porque não  
interessa a quem manda vê-los  
publicados.



Carnaval: festa  
mostrada na  
imprensa exclui os  
brasileiros sem  
dinheiro

# Unificação é aprovada e sede será em Maringá

*Com a redação do estatuto da nova entidade, bancários caminham para a unificação*

A fúria dos banqueiros contra o emprego dos bancários fez aumentar as filas dos bancos, diminuir a qualidade dos serviços prestados e reduzir sensivelmente o número de bancários. Desde 1986, quando havia próximo de 1.000.000 de trabalhadores nos bancos, os banqueiros cortaram pelo menos 500.000 postos de trabalho.

As mudanças no perfil e no número de bancários trouxeram uma nova realidade para os sindicatos, que é constatada pelo enfraquecimento de suas intervenções nas campanhas e diminuição da força política das entidades. A alternativa foi iniciar as discussões so-

bre unificação de entidades sindicais com os bancários.

Na região, desde julho de 1995, os Sindicatos de Paranavaí, Assis, Campo Mourão, Toledo e Umuarama iniciaram o processo de unificação e formaram o Pactu, união dos sindicatos dessas cidades com o objetivo de unificar as entidades. Mais recentemente, o sindicato de Guarapuava também ingressou no Pactu, ampliando a força política e econômica da unificação.

## APROVAÇÃO

Os bancários participaram ativamente das discussões, através de reuniões nos locais de trabalho, onde foi aprovado a unificação das entidades, com o objetivo de dar maior racionalidade administrativa e mais força de negociação. No dia 4 de feverei-

ro, em Guarapuava, a Comissão que coordena a unificação deu mais um passo em direção da união, decidindo iniciar a redação do estatuto da nova entidade sindical, que deverá ficar pronto até o final de março.

O processo de discussão do novo estatuto só está começando. Após a elaboração da redação inicial o texto será colocado em discussão nas diretorias para depois os bancários darem a palavra final, aprovando o estatuto da entidade.

Por ser estrategicamente localizada geograficamente, e possuir um grande número de bancários que apreciam o trabalho dos sindicatos da CUT, principalmente nas campanhas sociais e salariais, Maringá será a sede do novo Sindicato.

## Umuarama incorpora Assis

Os bancários de Umuarama realizam assembléia no dia 26 de março para alterar o estatuto do Sindicato local, criando condições jurídicas de incorporar o Sindicato de Assis. É o passo final para a unificação das duas entidades.

## Região de Londrina unifica sindicatos

Os Sindicatos dos Bancários de Londrina, Apucarana, Cornélio Procopio e Arapoti debatem em março a unificação das entidades.

O Seminário acontece na cidade de Cornélio Procopio.

**OPINIÃO DE PESO** Bancários falam sobre a unificação. Todos os meses, o Pactu trará a opinião da categoria sobre o processo de união



"A criação do Sindicato Nacional dos Bancários começa com a unificação dos sindicatos do

interior. A categoria ganha força de representação com a união".  
**Hugo Berté, Bancário do Banco do Brasil de Moreira Sales PR.**



"Os bancários mostram maturidade na discussão da unificação. O movimento sindical passa por uma

reestruturação e a categoria está à frente novamente".  
**Calimério Faccin, Bancário do Banestado de Cruzeiro do Oeste PR.**



"O processo de discussão da unificação foi transparente, com grande participação da categoria, demonstrando o caráter democrático do novo Sindicato".

**Maurílio de Oliveira, Bancário do Bamerindus de Mariluz PR.**



"Com a diminuição do número de bancários, só a unificação dos sindicatos trará novamente poder de negociação

com os banqueiros".  
**Ana Ferrari, bancária do Banestado de Umuarama PR.**

## MORALIDADE

## Em Guarapuava, assembléia decide devolver dirigentes

Incompatibilidade administrativa, não cumprimento de decisões da categoria e de horário levaram os bancários de Guarapuava e região a devolver três dirigentes do Sindicato liberados para os bancos de origem. Odilon José Pereira, do Noroeste, Nelson Vilmar

Buss, do Itaú, e Luiz Augusto Ribas Adriano, do HSBC Bamerindus, perderam a liberação.

O objetivo é garantir a moralidade da entidade sindical. O movimento sindical cutista quer que o dirigente sindical seja um exemplo em seu local de atuação.

**PACTU**

**CUT BRASIL**  
CNB - Sindicato Nacional  
FETEC

**Órgão Oficial dos Sindicatos dos Bancários de Paranavaí, Assis Chateaubriand, Guarapuava, Campo Mourão, Toledo e Umuarama.**

## CONSELHO EDITORIAL:

**Antonio C. Solinsk (Paranavaí) - (044) 423-3402; Anionel Couto (A. Chateaubriand) - (044) 528-4421; Francisco Silva (Campo Mourão) - (044) 823-3492; Izabel C. Gregório (Toledo) - (045) 252-1851; Wilson de Souza (Umuarama) - (044) 622-1979; Elói Myszka (Guarapuava) - (042) 723-1371**

# Fazendeiro mata sem terra com tiro de escopeta na cabeça

**PACTU**  
FEVEREIRO/98

*Em Campina da Lagoa e Mamborê sem-terras são mantidos presos*

De quem é a culpa por mais morte no campo?

De Fernando Henrique? De Collor de Melo? De Itamar Franco? De José Sarney? De João Baptista Figueiredo? A resposta a

história dará,

mas só

durante o

governo

de esses

temos se

passaram 20

anos sem

uma política

agrária séria.

A falta de

política

agrícola que

armasse o

pequeno

agricultor no campo, a

mechanização dos latifúndios e as

grandes áreas improdutivo

empurraram o homem do campo

para a favela da cidade em busca

de emprego, sem sucesso na

maioria das vezes.

Sem resposta do Governo, sem

perspectiva de vida e sem comida, milhares de agricultores sem terra foram à luta em busca de um espaço para viver com dignidade. Surge um movimento popular que luta pela reforma agrária - o MST.

A

pressão faz

com que a

reforma

agrária

começe a

sair do

papel. Mas

ela é

insuficiente

para as

necessidades

do País.

Milhares de

trabalhadores

ocupam terras improdutivo

em barracos de lona, acampam em

beiras de estrada em busca de um

sonho: terra para plantar. Enfrentam

o calor, a chuva o frio, as armas da

polícia e de jacunços a serviço de

latifundiários. Alguns morrem na luta,

como o trabalhador Sebastião



Armas utilizadas pelos fazendeiros para atacar os sem-terras

Camargo Filho, ocorrida no dia 07 de fevereiro deste ano, na fazenda Água da Prata, de 850 Alqueires, no município de Marilena, próximo a Paranaíba-PR. Fazendeiros armaram e treinaram jacunços assassinar os trabalhadores que lutavam pela vida, pelo trabalho, por comida.

Em Nova Cantu, Altamira do Paraná e Mamborê, a Polícia Militar desocupou áreas onde viviam sem terras. Houve violência, prisões e perseguições políticas.

A violência no campo, onde fazendeiros matam trabalhadores, é causada pelo descaso do Governo, que oferece US\$ 25 bilhões para a reforma financeira, beneficiando um reduzido grupo de banqueiros e outros especuladores, enquanto 20% desse valor seria suficiente para solucionar o problema agrário brasileiro.

O Governo Fernando Henrique é o culpado pela morte do trabalhador Sebastião Camargo Filho

## Bancos não pagam milhões de IR

Uma nova estratégia fiscal está permitindo que os bancos reduzam

o pagamento

do imposto de

renda sobre o

lucro. A

Febraban

obteve

autorização

para a

redução da

receita

federal para

os

bancos

que

em 1997,

algumas despesas

especiais, permitindo uma

redução no lucro líquido,

consequentemente, no valor do

imposto a ser pago.

A manobra tributária foi permitida pela Receita Federal após

consulta da

Febraban no

final do ano

passado.

Alguns dos

balanços

indicam que

muitos

bancos

deixaram de

pagar milhões de

impostos.

Segundo a Gazeta Mercantil,

esse instrumento, além de permitir

a redução no pagamento do

imposto, não afeta a distribuição

dos dividendos e aumenta o

patrimônio líquido da instituição.

Desde de 96, a legislação permite

esse mecanismo nas demonstrações

contábeis, mas somente em 97 os

bancos começaram a usar com

maior intensidade.

No final do ano passado, a

Febraban consultou a Receita

Federal sobre a possibilidade de

creditar os juros sobre capital nos

balanços de 97, mesmo quando eles

forem pagos no início de 98. A

resposta foi positiva.

O Bradesco, por exemplo, deixou

de pagar 148,6 milhões de reais em

imposto de renda sobre o lucro com

essa facilidade contábil. O BCN

economizou outros 40,6 milhões de

reais. Quem pode mais, paga menos.



Bradesco: 146 milhões a menos

## Na luta pelo BB

A possibilidade passar a controlar a maior distribuidora de títulos do país, a BB DTVM, mexe com os grupos financeiros.

Antes do carnaval, vários grupos estavam interessadas em participar do leilão da BB DTVM e da BB Securities.

Entre os interessados estariam os estrangeiros UBS, Goldman Sachs, Alliance,, Paribas, ING, Merrill Lynch e Deutsche Morgan Grenfell, e os nacionais Garantia, Bradesco, Pactual, Real, Itaú, Unibanco, Icatu, Opportunity e Bozano e Simonsen.

# PACTU

# MULHER

Nos últimos 150 anos, as mulheres foram à luta para reclamar (e ganhar) seus direitos. Em 8 de março de 1857, 129 operárias morreram queimadas pela força policial em uma fábrica têxtil em Nova York. O motivo: elas queriam a redução da jornada de trabalho de 14 para 10 horas diárias, além de direito à licença maternidade. Hoje, 8 de março comemora-se o dia Internacional da Mulher.

As mulheres não trabalhavam, não votavam, não dirigiam, não saíam de casa, não se divertiam, não opinavam e tinham que casar virgem. Só obedeciam. Hoje, depois de um século e meio de lutas, o papel da mulher ocidental mudou. E muito.

"Foi graças à recusa de muitas mulheres em não aceitar a agir segundo o código predominante que chegamos a novos comportamentos no campo sexual, profissional e no lar", analisa a psicanalista e deputada federal (PT-SP) Marta Suplicy. Transar com o namorado, andar com pernas e barrigas de fora, votar, estudar e trabalhar são comportamentos aceitos e estimulados pelas famílias.

A sociedade ainda discrimina a mulher. Pesquisa da fundação Seade mostra que

o rendimento mensal das mulheres equivale a aproximadamente 60% do dos homens e mostra que o menor valor médio recebido pelos homens é de R\$ 755,00 na construção civil, enquanto o maior rendimento médio das mulheres é de R\$ 721,00, no setor de serviços.

Nos bancos a situação é semelhante. As mulheres representam metade da categoria, mas os cargos de maior remuneração e de maior complexidade são destinados quase que exclusivamente aos homens.

As conquistas foram muitas, mas as mulheres precisam percorrer um grande caminho até atingirem a igual-

dade com o homem. A mulher passou a escolher com quem, onde e quando ter uma relação sexual, buscou sua independência financeira trabalhando fora de casa e quer igualdade

*Transar com o namorado, andar com pernas e barrigas de fora, votar, estudar e trabalhar são comportamentos aceitos e estimulados pelas famílias*

mais importantes hoje. As mulheres ajudaram a mudar a cara do mundo no século 20. Trouxeram, com suas lutas, também o apoio



Marta Suplicy (esq.): "hoje temos muito o que comemorar"

de oportunidades. "Os valores conquistados pela revolução feminina continuam válidos e às lutas pela paz, contra a guerra, armas nucleares, violência, agressão ao meio ambiente, o racismo, a exclusão social e o preconceito aos homossexuais e aos deficientes. Hoje temos muito o que comemorar. E com uma participação nos postos de decisão e autonomia infinitamente maiores que à época da virada para o século 20", comemora Marta Suplicy.

## Alguns fatos que marcaram este século na luta da mulher por igualdade social

**1910** - Deolinda Daltro funda o Partido Republicano Feminino.

**1921** - Primeira partida de futebol feminino. Em São Paulo, senhoritas catarinenses e tremembeenses.

**1922** - Surge a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderada por Bertha Lutz.

**1928** - A legislação estadual do Rio Grande do Norte garantiu o voto as mulheres. Elas foram às urnas, mas seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Estado. Surge a primeira prefeita eleita da história do Brasil: Alzira Soriano de Souza, no município de Lages, Rio Grande de Norte.

**1932** - O Código Eleitoral garante o direito de voto às mulheres. A nadadora Maria Lenk é a primeira brasileira a participar de uma Olimpíada.

**1933** - Eleita a primeira deputada: a paulista Carlota Perez de Queiroz.

**1939** - Maria Lenk bate dois recordes mundiais, nos 200 m e 400 m nado de peito.

**1951** - A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprova a Convenção da Igualdade de Remuneração entre trabalho masculino e feminino para função igual.

**1964** - O Conselho Nacional dos Desportos - CND - proíbe a prática do futebol feminino no Brasil.

**1971** - Um grupo de mulheres se reúne para estudar uma estratégia visando comemorar o dia das mulheres, já que o Governo Militar proibia a comemoração do 8 de março. Surge o dia 30 de abril, data de nascimento da mineira Gerônima Mesquita, que chegou a servir na 1ª Guerra Mundial.

**1975** - O Movimento Feminino pela Anistia surge para lutar pela redemocratização do país.

**1976** - A estilista Zuzu Angel narra ao historiador Hélio Silva a morte de

seu filho, Stuart Angel, nos porões da ditadura. Dois meses depois, sofreu um acidente que a vitimou - há fortes indícios que o acidente foi causado pelo militares.

**1979** - Eunice Michilles assume a vaga de Senadora, por falecimento do titular, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo no Brasil.

**1980** - Encontro feminista de Valinhos (SP) recomenda a criação de centros de autodefesa. Surge o lema: "Quem ama, não mata". Ganha fôlego o SOS-Mulher, que se traduziria, em seguida, na criação de delegacias especiais de atendimento à mulher.

**1981** - Cai o veto à prática do futebol feminino no Brasil.

**1985** - É criado o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

**1988** - Através do "Lobby do Batom", as mulheres brasileiras obtêm importantes e significativos avanços na Constituição Federal, que assegurou que

"homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações".

**1993** - Assassinada Edméia da Silva Euzébia, líder das Mães de Acari em frente a estação do metrô do Estácio, no Rio de Janeiro. Ela liderava o grupo de nove mães que ainda hoje procura seus filhos, 11 jovens da Favela de Acari, seqüestrados e desaparecidos em 1990.

**1995** - O Brasil sagra-se Campeã Mundial de Vôlei Feminino.

**1996** - O Congresso Nacional incluiu o sistema de cotas, obrigando os partidos políticos a inscreverem, no mínimo, 20% de mulheres em suas chapas proporcionais. O Brasil é campeão mundial de Basquete feminino.

**1997** - As mulheres ocupam 7% das cadeiras da Câmara Federal; 7,4% do Senado; 6% das prefeituras. O índice de vereadoras eleitas sobe de 5,5% em 1992 para 12%, em 1997.